

UM CANTO DE ESPERANÇA

Muniz, Juciara Maria
Mjuciamaria@yahoo.com.br
Cordeiro, Gisele do Rocio
Mestre em Educação pela PUCPR.
Graduada em Educação Artística
pela UFPR.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade avaliar a implantação da música como conteúdo obrigatório desde a educação infantil, em obediência a lei 11.769, de 18/08/2008; e observar os avanços alcançados bem como o que ainda precisa para sua plena funcionalidade, contribuindo assim para a implementação deste conteúdo no Projeto Político Pedagógico de 2013, uma vez que até o presente momento ainda não se havia definido nenhuma proposta concreta sobre o assunto em questão; através de uma pesquisa de campo, realizada no bairro de Ipiíba, município de São Gonçalo, RJ. A questão é vista de forma peculiar, abrangendo o ambiente da unidade citada, o que não limita ou restringe-o, por levar em conta aspectos relacionados ao contexto comunitário que circunda a escola, permitindo uma visão do todo, que venha ajudar na compreensão e elucidação de pressupostos que, frente a uma análise mais detalhada, confirmam-se ou não, sustentando, ao menos em principio, a idéia de que haja desinformação, ou falha de comunicação, e acima de tudo, falta de clareza acerca de alguns pontos.

Palavras-chave: Música. Educação. Cidadania.

INTRODUÇÃO

A diferença entre o ideal e o real na implantação da música na educação básica, os desafios, a real visão dos gestores, e o nível de capacitação dos docentes para esta nova realidade.

Uma lacuna em branco deixa nas entrelinhas uma série de perguntas sem respostas: quem, o que, quando, e como. Com que capacitação? Com que planejamento?

Supostamente seria fácil esclarecer tais questões, porém uma análise mais detalhada da rotina de uma sala de aula mostra que não é tão simples assim, que há desencontros de pensamentos acerca do assunto, com aparente perda para o aluno. Quais as estimativas e o caminho a tomar? Dados falam em um déficit de pessoal de 50% e em falta de qualificação dos profissionais hoje lecionando, pelo

que se pressupõe que um caminho seja capacitar os professores já atuantes na rede, mas alguns discordam, declarando tal medida ineficaz para resolver o problema, não se chegando, por hora a um consenso.

A escolha do tema se deu pelo fato de, como professora à muitos anos, e possuindo certo conhecimento da comunidade em que leciono, considerei pertinente analisar como realmente estava sendo conduzida a implantação da música na educação básica, em cumprimento a lei 11.769 de 18 de agosto de 2008; tendo em vista perceber não ter havido uma preparação julgada adequada, apenas a realização de um projeto, sem planejamento mínimo, de forma isolada e pontual, acarretando uma perda para os alunos, e ainda, por ver que não foram levados em conta aspectos como a contextualidade, ou seja, a relação com a comunidade em que a escola está inserida.

E ainda pelo fato de não haver suficiente matéria disponível que aborde esta questão. Tendo por objetivo geral, Analisar a situação da escola em relação à implantação da música na educação básica. E de forma mais específica, mostrar a diferença entre o que se tem e o que se deseja ter; apontar os pontos divergentes entre a lei e a prática; pesquisar o que cada docente sabe com relação ao assunto focado; verificar a função da música frente ao contexto que circunda a escola; nortear os futuros projetos políticos pedagógicos; aumentar a compreensão geral da matéria abordada.

O procedimento metodológico usado foi uma pesquisa de campo, que se fez realizar através de um questionário com cinco perguntas para os alunos; um questionário com treze perguntas para os professores; e a observação do desenrolar e da culminância do projeto “palavra cantada”.

Para corroborar a linha de pensamento e direcionar as idéias contidas, tem como base de discussão teórica a Lei 11.769 de 18/08/2008; o PCN de artes, volume 06, MEC, 1997; e os livros: Entendendo a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei No 9.394/1996 - 3ª Ed. 2012; e Pedagogia da música (experiências de apreciação musical) Beyer, Esther e Kebach, Patrícia. Editora Mediação.

A criança e a música

A inclusão da música na educação básica, é, hoje, assunto de acirrados debates, onde as divergências existem. Logo, faz-se oportuno uma análise da questão. A partir da observância da lei 11.769 de 18/08/2008, e das normas fixadas nas LDBs, assim como no livro pedagogia da música, este trabalho parte do pressuposto de que a música seja vista como um diferencial, ora como fonte de saber, ora como ponto de referência que venha interagir entre os diversos aspectos do aprendizado, dinamizando-o, e completando-o. Assim sendo, olha o assunto de forma crítica, imparcial, propondo-se a compreender a fundo a questão, tendo como foco uma comunidade específica, onde se possam analisar pormenores e detalhes do contexto, bem como balizar atos futuros.

Localizada no bairro de Ipiíba, na zona rural do município de São Gonçalo, o CIEP 414-Tarso de Castro, municipalizado desde 2004 atende a 361 alunos da educação infantil ao 9º ano do ensino básico em turno integral.

Com predominância da classe C, a comunidade circunvizinha caracteriza-se por maioria de pessoas de baixa escolaridade, renda familiar de cerca de um salário mínimo, famílias com média de quatro filhos por casal, moradias relativamente simples, com pouco conforto. Violência, drogas e gravidez na adolescência são uma crescente entre a população, que não conta com segurança adequada, serviço regular de coleta de lixo, rede de esgoto e água tratada. A condução é precária, com poucos horários. A localidade conta com um posto de saúde, não possuindo, porém biblioteca e área de lazer, também não havendo pavimentação das ruas. Existem na comunidade alguns grupos folclóricos como folias de Reis e danças juninas, com forte influência nordestina.

Uma vez mais um problema surge e sobra sempre para quem está na ponta do sistema. É fato notório que nem tudo funciona de fato, como da forma idealizada, o que tem sido uma constante em nosso país. Partindo do pressuposto de que se queira abrir mais uma opção a quem a tanto tempo foi excluído das oportunidades de desenvolvimento sócio econômico, por conta de uma educação deficitária, e que se queira ainda fomentar cultura, criando ainda um meio de tornar o meio escolar mais atraente, dinâmico e sociável; há de se imaginar que não se tinha por objetivo dar aos alunos apenas mais algumas horas de lazer e diversão, e sim enriquecê-los com todo um novo conteúdo diversificado que contribuísse positivamente para eles.

Logo, não falamos de música apenas e tão somente como brincar de roda e bater palmas, mas como uma atividade em que a prática e a teoria andem lado a lado, onde a questão da música como forma de cultura, história, e identidade de um povo seja mostrada, de forma que mesmo a questão da variedade, do respeito e convívio com as diferenças possa ser trabalhada, fomentando cidadania nas salas de aula.

Com uma visão tão ampla e um leque tão variado de aplicações, certamente todo e qualquer professor apóia e aplaude a lei que trouxe de volta esta possibilidade. Contudo, repito aqui, parece haver um abismo entre o ideal e o real; uma intenção muito boa e uma aplicação por vezes não tão boa assim. Daí se percorrer os labirintos da escola, em busca do que se oculta nas entrelinhas das carteiras escolares e dos quadros negros, para entender melhor a raiz desta diferença que se disfarça na sutileza das respostas genéricas aparentemente fáceis e nas soluções simples demais, mas que nem sempre solucionam o problema.

Após indagações, e análises, tendo esmiuçado cada resposta e por fim transformado os dados em um retrato, a pesquisa permitiu visualizar um perfil que se não diz respeito a todo o sistema – não tenho esta presunção – fala da escola alvo da pesquisa, podendo retratar com fidelidade seu atual momento no que se refere ao papel da música em seu cotidiano.

Como era de se esperar, os resultados da pesquisa foram bem reveladores, mostrando em princípio, a potencialidade da música em dinamizar o aprendizado e propiciar a apresentação de todo um novo universo cultura desconhecido de boa parcela dos alunos; o que encontra eco nas palavras assim expressas:

As escolas de educação musical devem estar atentas para esta questão, oportunizando que mesmo as crianças bem pequenas possam ouvir música e agir sobre ela de diferentes maneiras: dançando, ouvindo deitadas com os olhos fechados, fazendo comentários pessoais sobre a música, participando de exercícios que trabalhem a forma ou caráter ou a tonalidade ou outros elementos em evidência na obra apreciada, desenhando sobre a música, com a música... Uma mesma obra musical pode ser trabalhada em vários momentos, privilegiando em cada momento um aspecto da apreciação.

A apreciação permitirá às crianças construir esquemas musicais que possibilitem novas produções sonoras, ou seja, organizações posteriores sobre forma, timbre, ritmos, intensidades e variações na dinâmica para obter determinados resultados em execuções ou criações, como terminar uma criação, etc. a apreciação é, como dito anteriormente, uma atividade

de base, que, além de ser em si mesma uma dimensão da experiência musical, abrange a função de complemento das demais experiências (execução e criação). (pedagogia da musica- Beyer e Kebach, pag. 34,35)

A segunda parte, e que deve ser analisada mais detidamente: uma série de detalhes importantes, tanto para avaliarem a situação atual das condições do CIEP 414 em relação à educação musical nas escolas, quanto para nortearem a efetivação da música de forma proveitosa na grade curricular desde a educação infantil. Como recomenda as LDBs, acerca dos objetivos do ensino fundamental:

A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade (procedência: Art. 2º do Decreto-lei Nº 869/69).

O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores. (procedência; Art. 3º, a, da Res. Nº 8/71+ INOVAÇÕES)

Os PCNs de artes, assim declaram:

Esta área também favorece ao aluno relacionar-se criadoramente com as outras disciplinas do currículo... um aluno que exercita continuamente sua imaginação estará mais habilitado a construir um texto, a desenvolver estratégias pessoais para resolver um problema matemático. Conhecendo a arte de outras culturas, o aluno poderá compreender a relatividade dos valores que estão enraizados nos seus modos de pensar e agir, que pode criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer abertura à riqueza e a diversidade da imaginação humana. (PCNs de arte, volume 06, MEC.)

Por conseguinte ao pesquisar o assunto em um ambiente conhecido, tendo ainda conhecimento da realidade social, econômica e cultural da comunidade em que a citada unidade escolar se situa interpretar os números fica mais fácil, de forma que mais do que frios números de uma estatística, tem um retrato panorâmico, onde a sutileza do detalhe é visto a luz do contexto, que a expõe e explica, ao fornecer componentes elucidativos da situação geral.

E, Desta forma, tomando por parâmetro as determinações citadas, os dados coletados indicaram uma discrepância sutil, mas danosa, onde o que se deseja está ainda distante do que se tem, e onde medidas realmente eficazes ainda não foram implantadas, de forma a adequar a escola em sua totalidade às condições propícias ao ensino da musica, que segundo a mesma pesquisa, tem sido subvalorizada como ferramenta de fomentação do saber,

Cabe aqui ressaltar que a rede municipal não conta com professores de educação artística para atender a educação infantil e o ensino fundamental I, de forma que apenas o ensino fundamental II é atendido, tendo ainda o projeto federal “mais educação” que apesar de contar com monitor de música, também não contempla a educação infantil.

Assim sendo, tendo por base o que se apurou na pesquisa, e considerando as citações aqui observadas, este presente trabalho procurou verificar e trazer entendimento sobre o que foi idealizado, e o que realmente tem sido posto em prática acerca do assunto alvo.

Um diagnóstico da realidade da musica na educação

Este presente trabalho se propõe a falar da música na escola através de um olhar docente. Pretendendo melhor compreender a situação que existe na escola, ele convida a uma breve, mas profunda reflexão da realidade do cotidiano das nossas salas de aula, bem como do contexto que nos impõe uma condição da qual por vezes nos sentimos reféns. É fato conhecido que nem toda a rede educacional funciona uniformemente, havendo disparidades não só entre a rede pública e a privada, mas também de uma unidade para outra, influenciadas por mil fatores, como cultura, condição econômica, e outros.

Porem há casos em que estes fatores não explicam tudo o que se passa. É neste ponto que interessa focar, o que, uma vez conhecedores de todo o contexto que envolve a citada unidade de ensino, permita delinear um mapa claro da situação, bem como estabelecer uma política eficiente que norteie os próximos passos a serem dados.

Tomando por referencial as obras citadas anteriormente, temos um conjunto que abrange uma lei federal, as LDBs, os PCNs e uma publicação didática, de forma que se somam e se completam, dando-nos uma compreensão da lei, de como deve funcionar e por fim, de resultados práticos observados a partir da aplicação da mesma. Eles, juntos, permitem à compreensão da intenção que se teve ao tornar a musica conteúdo obrigatório, a partir da percepção de seu potencial para a educação, dado este corroborado por pesquisa apresentada, a no livro “Pedagogia da musica”. De forma geral, fica explicito a compreensão geral de que através da musica pode-se dinamizar o aprendizado, proporcionar melhoras

cognitivas, estimular a criatividade, e a coletividade; e, portanto, que a inclusão deste conteúdo deveria ser encarada de maneira criteriosa e séria, respeitando prazos e metas.

É imperativo que haja uma análise imparcial e séria do cotidiano escolar, pois não diz respeito apenas a como uma escola vá ou não funcionar; se alcançará os objetivos ou não; mas acima de tudo estamos falando de crianças e adolescentes, cujo futuro depende e muito do que se faça por eles hoje. Assim sendo, há de se julgar oportuno a presente pesquisa, tendo em vista que a pessoa, o ser humano, a comunidade enfim, são cidadãos com pleno direito a uma educação digna e capaz de capacitá-los para a vida e apara o mercado de trabalho, bem como lhes acrescentar saber e cultura, e mesmo lazer.

Este é a intenção que motivou e norteou este trabalho, visando oferecer uma visão ampla, uma ferramenta de compreensão e quem sabe uma alternativa viável para a questão.

Um canto inocente

Desde a canção de ninar, que lhe embala o sono, a criança cresce cercada por esta que talvez seja a maior das ferramentas de estímulo e forma de expressão da natureza humana: a música! É, portanto uma eficaz aliada na tarefa de educar e transmitir valores diversos.

Segundo apurado, temos crianças com um conhecimento muito limitado de estilos musicais, onde predominam os ritmos mais populares, como pagode e funk. Um indicador curioso é o desconhecimento por parte delas das canções e brincadeiras infantis, outrora muito comuns e passadas de mãe para filhos -- isto reforça a idéia o fenômeno da fragmentação familiar? Tudo indica que sim, uma vez que foi notado na comunidade o aumento de fatores como maternidade por parte de adolescentes e aumento de casais separados, revelando uma clara situação desarmonia que por fim atinge as crianças (aumento de alunos com problemas psicológicos diversos, dificuldade de relacionamento e interação com os outros). Uma vez que tais brincadeiras envolvem dinâmica de grupo, estimulariam desde cedo à socialização, e seu desaparecimento pode explicar o individualismo que é a marca da sociedade contemporânea.

Outro aspecto importante é a possibilidade de fazer da música uma opção de resgate, usando-a, não só para dinamizar os métodos de ensino, mas acima de

tudo para mostrá-la ao aluno como forma de linguagem cultural, fator histórico da civilização e meio de expressão pessoal, trabalhando assim a auto-estima. Quanto ao seu uso didático, é fato conhecido que atividades que fujam a rotina normal - sem virar recreação, não é esta a intenção – causam curiosidade primeiramente e conseqüente interesse.

A realidade nua e crua

Os dados mostram que 80% dos professores declararam perceberem melhoras comportamentais durante a aplicação do projeto palavra cantada, principalmente no que diz respeito à atenção, participação e concentração dos alunos. Importante ressaltar as melhoras no convívio, com redução de casos de brigas no ambiente escolar. Houve relatos de turmas que quando trabalhadas com música se mostravam mais tranquilas, e ainda que após isto se interessassem em participar de outras atividades. Uma vez trabalhada a sua auto-estima, e estimulada sua capacidade de expressão, o aluno tende a mudar seu jeito de ver o mundo, acima de tudo por ter uma nova visão de si mesmo como indivíduo, como pessoa dotada de senso crítico e direito de voz, passando a manifestar um poder de criação antes encoberto pelo sentimento de revolta com o mundo que parecia a ele ser a única forma de se fazer ouvir, numa clara confirmação de que quando damos a eles a chance de se portarem como seres “pensantes” eles se redescobrem como cidadãos, deixando aflorar emoções, sentimentos e sonhos, permitindo assim que os “conheçamos” melhor.

Segundo apurado, 60% dos discentes confirmaram que o projeto propiciou inclusão de alunos com dificuldades – motoras, especiais, ou de relacionamento – e interatividade geral, além de torná-los mais ativos e participativos.

Vale ressaltar que justo num momento em que estudos indicam que, na verdade, as mídias mais que aproximar, “distanciam” as pessoas - criando relações à distância, frias – a sociedade e o mercado de trabalho precisam de pessoas e de profissionais que consigam trabalhar em grupo, que tenham facilidade de interagir e se relacionar com os diversos níveis sociais e hierárquicos. Desta forma, a música, com suas mil potencialidades, pode e deve ser usada para moldar nas crianças uma nova mentalidade que valorize o que realmente importa.

Uma vez mais, uma alternativa é oferecida - ou imposta – ao professor, e só o tempo dirá se valeu à pena ou não. Isto, os números indicam estar condicionado a que visão os gestores tenham da questão e como ela é encarada por cada um deles.

Longe de avaliar os PCNs de música e a questão da inclusão desta desde a educação infantil – não tenho esta pretensão – (até porque já se provou sua importância para tal). O intento é avaliar o caso a nível local, sua aplicabilidade e adequação, focada na realidade da comunidade escolar do supracitado colégio e sua inserção no contexto da comunidade em que se encontra assim como sua importância para os alunos e a sociedade como um todo.

No passado, erros foram cometidos por planos traçados para a educação de uma forma generalizada, sem atentarem para particularidades regionais, sociais, econômicas e culturais de um país com dimensões continentais e uma variedade enorme. É isto que se quer evitar! Não é uma busca por culpados pelas falhas, mas muito mais por uma prévia solução para elas.

Boas intenções a parte, há perguntas que não querem calar, apesar de poucos se darem conta, evidenciando uma situação preocupante. Envolve aspectos diversos, abrangendo capacitação de pessoal, metas, métodos, objetivos, material didático, instalações e equipamentos. Vejamos:

O corpo docente, em sua maioria – 70% para ser mais exato – disse não estar devidamente preparado para o ensino do conteúdo. A exceção fica por conta dos que cursaram música ou arte. Mesmo havendo um período para a vigência da lei, não foi em momento algum, disponibilizado curso de capacitação, o que resultou em dificuldades para 80% deles realizarem o projeto de maneira apenas “razoável”, e ainda assim graças à capacidade de adaptação demonstrada pelos mesmos. Se observada apenas como mais um conteúdo a ser implantado, ok tudo bem; mas considerando as aplicações possíveis e as melhorias que podem ser alcançadas, a médio e longo prazo, vale à pena, ou melhor, dizendo, é imprescindível acreditar na idéia, e apostar nela; e levando em conta as dificuldades já encontradas no dia a dia pelos educadores, não fazê-lo é apenas criar mais uma dor de cabeça para eles.

Foi o que ocorreu com o projeto “palavra cantada”. Apesar de a escola receber o material (composto por um CD e um DVD) no princípio do ano, os

professores só tomaram conhecimento 25 dias antes da culminância; e não tiveram nenhuma orientação mais detalhada, tendo sido apenas entregue a eles o material e a ordem para que escolhessem uma canção e ensaiassem com a turma para uma apresentação numa data determinada. E 100% não tiveram acesso ao kit destinado ao professor, apenas ao do aluno!

Todos acharam a experiência válida, contudo houve a tendência a se tornar um fato isolado, perdendo-se a oportunidade de se fazer uma análise, que serviria de base para o PPP (Projeto Político Pedagógico) do ano seguinte. Para isto é que se faria necessário que houvesse uma organização - básica que fosse - que traçasse metas e delineasse objetivos claros, pois sem estas, perde-se o foco e o subsequente ponto de referência que permitiria avaliar os resultados obtidos.

Questionados se os objetivos ficaram claros, 72% responderam que não, e 28% que sim; e destes, quando perguntados que objetivos foram levados em conta, apenas 20% responderam satisfatoriamente, o que demonstra que ainda há muito que fazer e que decerto um tempo valioso já foi perdido.

A quase totalidade dos docentes até souberam listar de forma generalizada as vantagens, e os conteúdos, porém, 85% não souberam dizer o que ensinar, especificamente, a cada faixa etária e como fazê-lo. Apenas 52% apontaram Qual o ganho para cada uma delas. O que se esperaria de cada etapa escolar? Esta foi uma pergunta com respostas incertas ou em branco (80%). Uma vez que aspectos como desenvolvimento cognitivo, coordenação motora, capacidade de concentração, inclusão, interatividade - entre outros- são trabalhados com mais facilidade quando envolvem uma atividade lúdica e prazerosa como esta, sem contar a própria música em si, e tudo que ela envolve: a “bagagem” que ela tem sua riqueza cultural e histórica. É preocupante perceber que em momento algum houve respostas completas acerca destes pontos.

Uma dúvida inquietante diz respeito a como cada gestor veja a questão. Se em algumas escolas as aulas de música já estão acontecendo a contento, de boa maioria não se pode dizer o mesmo. Uma vez que deva ser ministrada por profissionais com formação em arte, fica a pergunta: há disponibilidade deles em número satisfatório? Qual é o déficit estimado? A rede aproveitou o tempo determinado para a adequação a nova lei? São respostas que levados ao âmbito de toda a rede, nos foge ao conhecimento, mas detendo-se a unidade escolar

local, foi percebido um quadro negativo, onde existe apenas um único profissional músico o instrutor da banda, que, contudo não possui a formação exigida para o magistério! Não há Instalações adequadas, material didático disponível, e faltam equipamentos.

Corre-se, portanto o risco de termos mais uma vez o velho caso do “conteúdo pelo conteúdo”, e ainda assim um conteúdo pobre e ineficaz, lecionado apenas para mascarar o enquadramento a uma lei, o que pode ser considerado um desperdício, haja vista os incontáveis lucros possíveis alcançáveis através da aplicação racional e sistemática da música, com uma didática voltada para as diversas faixas letivas, respeitando e focando nas limitações e potencialidades dos alunos.

Após esta primeira experiência, e conhecedores do contexto sócio, econômico e cultural do bairro circunvizinho, 100% afirmaram crer que esta disciplina pode se tornar veículo de resgate social, porém 70% ressaltaram que a situação impõe que seja feito um trabalho estruturado, consciente e sério.

Como questão final, foi pedida que apontassem o que poderia facilitar a implantação plena do trabalho. Temos o seguinte:

80% citaram capacitação;

65% citaram criação de instalações;

40% citaram equipamentos;

10% citaram cooperação mútua, trabalho em grupo;

15% citaram material didático;

E 05% citaram contratação de professores de música.

Aqui os números parecem fáceis de interpretar, o que é perigoso, pois na verdade corre-se o risco de não dar-se a atenção devida a alguns pormenores, que uma vez ignorados permitem que a clareza aparente da estatística mascare e encubra um dado muito curioso: O item mais citado é “capacitação”, e o menos lembrado é “contratação de professores de música”. Até aqui tudo bem, porém o segundo item gera controvérsias e polêmicas em todos os círculos de conversas, num flagrante desconhecimento dos pormenores da lei.

Abra-se aqui um parêntese para falar mais detidamente nisto. A lei 11.769 de 18/08/2008 realmente não é bem clara, o que permite interpretações

equivocadas da mesma. Uma reportagem recente apresentada pela rede Globo mostrava um colégio onde toda uma infra-estrutura fora montada, com sala de música completa e professores licenciados na área. Isto gerou uma distorção, levando muitos a olharem a questão de forma errônea. Bom, se o governo fez assim no Pedro II, então teremos que fazê-lo em todo o país! Certo? Não é bem assim, este não é o parâmetro que a lei estabelece. Veja-se bem, ela não criou uma nova disciplina – música - apenas tornou obrigatória a música como conteúdo dentro da disciplina de artes! Assim sendo, já não se pode falar em obrigatoriedade de professores com licenciatura em música como algo imperativo. Havendo-os disponíveis, melhor, porém uma última análise mais atenta facilmente levaria a conclusão aqui exposta. Uma vez esclarecido este pormenor, ressalta-se que dispor de profissionais com formação em música seria uma opção, sim, mas caberia aos professores de arte a aplicação da música, e que ainda a capacitação (para o primeiro segmento) dos professores atuais que atuam no ensino fundamental seria uma opção não só válida como viável. Contudo o principal seria por hora esclarecer toda a classe, eliminando assim as dúvidas e incertezas que perduram.

É imprescindível lembrar aqui que uma vez totalmente exposta e entregue a livre interpretação que se queira fazer dela, uma lei se torna frágil e manipulável, surgindo daí ações que expressam apenas o ponto de vista de quem a aplica, fato este que, via de regra, resulta quase sempre em ações pontuais e com resultados aquém do esperado, quando não completamente nulos em sua eficácia. Isto foi o que se viu no caso específico aqui analisado, evidenciando despreparação dos professores (palavras dos próprios), desinformação geral a respeito da lei 11.769, e da aplicação da mesma, e o que é pior, uma ação isolada que tenta disfarçar o descaso com a educação, encobrendo a omissão com o período de adaptação previsto, que foi ignorado, numa perda-come já dito- para os alunos.

Já era hora de se fazer a coisa corretamente e não induzir professores a assumirem mais esta tarefa sem que a mínima base lhes fosse oferecida. Curiosamente esta é a ambigüidade citada: profissionais sofridos, cansados e por vezes mal pagos; pessoas que ainda assim acreditam apostam e pagam para ver; enquanto quem poderia e deveria fazer a coisa “acontecer” continua com a velha e danosa política do “jeitinho brasileiro”.

O que se viu foi um flagrante desrespeito, primeiro com a lei; e segundo o que é pior, com as pessoas da comunidade. No primeiro caso, o que se comprova é que se tentou driblar a lei, e desta forma “alegar” que a escola incluiu a música em sua grade curricular. Não há professores de arte suficientes, e os professores que lecionam os alunos do ensino fundamental, não receberam sequer uma formação básica, ainda que, para atuarem de forma provisória até que a situação seja contornada.

Foi possível ver a degradação moral que hoje há no meio dos jovens e adolescente das redondezas da escola. Aqui há uma visível relação muito abordada e comprovada em diversas pesquisas e diz respeito à falta de expectativa, que é notada entre as classes menos favorecidas, e que induz grande número de jovens a estabelecerem uma precocidade que aumenta o índice de mães adolescentes e evasão escolar. A partir daí tudo é previsível: com o abandono da escola, sem uma formação completa, logo se vêem forçados a subempregos informais mal remunerados, mantendo o círculo vicioso que logo vitimará também os filhos. Sabemos o que os meninos e meninas escutam em seus celulares e hipods: canções de baixo calão, recheadas de palavrões e linguagem obscena, e apelativa; apologia a droga e ao crime, com clara vulgarização do sexo, da mulher, do corpo em si, numa clara inversão de valores que cria uma geração sem conteúdo algum.

Enquanto isto, pouco ou quase nada é feito de concreto e eficiente para mudar isto. Percebe-se, pois que uma lei sozinha não tem força alguma contra isto. Enquanto cada setor envolvido não se tornar de fato um representante da lei e da ordem, fazendo cumprir o que determina, estamos fadados a observar de camarote nossas crianças serem adotadas por esta corja de pseudo artistas que visam somente o lucro fácil sem responsabilidade social alguma. Eles serão seus fãs e os copiarão em tudo! Assustador também é constatar que tudo isto é relegado a segundo plano, como se fosse coisa de menos valia, não havendo, portanto uma maior cobrança popular.

Assim, num futuro próximo, quando um aluno desta unidade de ensino estiver num vestibular, ou ENEM, seu nível de conhecimento em música, a exemplo das outras áreas, poderá estar abaixo do nível dos demais, numa perda que cotas - justas que sejam – não conseguirão compensar ou equilibrar.

A escola não pode continuar sendo depósito de crianças! Desta forma ela não cumpre seu papel. E por outro lado, ela pode e deve ultrapassar os limites dos muros, ser ativa na comunidade, trazendo seus membros para seu seio, de forma que se sintam parceiros dela.

Algo como foi o projeto “palavra cantada”, realizado de forma pontual, perde-se no rol das boas intenções, por não atacar a fundo o problema de alunos e professores, não se comprometendo com a melhoria das condições por que passam a escola e a comunidade.

Considerações finais

Este trabalho procurou alcançar seus objetivos confirmando algumas desconfianças, ou melhor, quase certezas que já havia acerca do assunto, e mais: traçando uma relação de causa e consequência entre a qualidade da educação oferecida e as condições de vida de determinado grupo de pessoas; muito embora as conclusões a que chegou não sejam novidades para quase ninguém. Contudo, sustentadas por números reais, elas já não são fruto de especulações ou deduções tiradas de forma infundada, mas provas incontestáveis, do ponto de vista técnico, embasando e dando corpo a uma série de entendimentos sobre a o tema.

Há que se ressaltar um dado até aqui omitido: dos 26 professores, 03 preferiram não participar, não retornando o questionário a eles entregue em mão com uma clara explicação do que se tratava a que se destinava.

Este trabalho Pode afirmar que a condição atual da escola em relação à inclusão da música na educação fundamental não corresponde ao ideal, não tendo recebido a atenção que merecia. Diz mesmo que foi tratada de forma irresponsável, segundo os resultados apontam, reiterando que existe um abismo entre o que se tem e o que poderia ter. No tangente as leis, as divergências, são perceptíveis na não observação do tempo hábil para adaptação as exigências, de forma que o assunto foi tratado como coisa secundária, gerando atrasos que culminaram num projeto que apenas serviu para expor o despreparo dos docentes e o descaso dos gestores, numa tentativa clara de fazer parecer que a escola havia se enquadrado na lei 11.769. Esta visa um ensino continuado, com

abordagem de conteúdos endereçados as diversas faixas etárias. Portanto que na prática, o que ficou patente foi que: primeiro, a classe estava completamente desinformada; segundo, estava igualmente despreparada (como já disse); e terceiro, a escola não dispunha de instalações e equipamentos adequados.

Por outro lado, observou-se o potencial que a música tem, fator este que hoje dá a ela uma posição irrelevante na questão do resgate social e cultural possíveis, dado o contexto comunitário em que a escola esta inserida. Isto foi reiterado pela quase totalidade dos professores, que ressaltaram melhoras perceptíveis durante e após o uso da musica de forma contínua.

Tomando por base a pesquisa, uma suposta proposta para futuros PPPs obrigatoriamente passaria pelo aproveitamento do que já exista hoje na comunidade, de forma a valorizar a cultura local, até mesmo pelo fato de já estarem familiarizados com ela, o que não impediria que um leque de opções fosse observado, ampliando e variando seu conhecimento, sem que se percam suas raízes. Também imprescindível seria adequar a escola em todos os sentidos, dando-lhe uma infra-estrutura mínima que permitisse a inclusão de música a contento, onde os progressos e resultados pudessem ser avaliados de maneira profunda e onde cada aluno fosse visto como centro e motivo da educação.

De uma forma geral, as observações dos dados aqui relatados levaram a elucidação de pontos antes obscuros acerca dos quais agora se pode falar com certa autoridade, pelo conhecimento de causa. Uma vez que diga respeito à unidade escolar alvo da pesquisa, e atendo-se a ela, temos hoje um quadro geral, mas detalhado, da situação. Ainda muito há que se ver, e muito se dirá como também controvérsias surgirão, mas certo é que o presente trabalho de pesquisa possa servir de ponto de partida ou de referência para quem possa se interessar.

Como já citei, esta pesquisa confirmou velhas suspeitas e trouxe a luz novas verdades, e desta forma me permitiram compreender melhor a situação, enriquecendo-me de dados outrora desconhecidos, que permitem planejar as ações futuras, contribuindo assim para meu crescimento profissional, para meu aprimoramento nesta que é a mais nobre das artes: o educar!

ANEXO

Perguntando e olhando

A pesquisa se fez realizar através de pesquisa de campo, onde os discentes e docentes foram contatados no período de 05/10 a 05/11 do corrente ano. Foram ouvidos 200 alunos, com faixa etária de 05 a 14 anos; e 16 professores. Aos primeiros foram apresentadas cinco questões, sendo uma de múltipla escolha, e aos mestres 13 questões, todas relacionadas ao projeto “palavra cantada”, cuja culminância se deu do dia 10 ao dia 20 de outubro do ano de 2012.

As questões abordavam o grau de conhecimento acerca de música que os alunos possuíam, elaboradas segundo critérios que os separava por faixa etária, em folha de ofício em que cada um assinava seu nome, e respectiva série. Dos professores, questionamos o nível de conhecimento técnico e pedagógico que possuíam em música e qual a visão pessoal da questão, ou como eles viam a música na educação fundamental.

Coletados os dados, procedeu-se uma análise por percentual, nas que caberiam apenas duas respostas (sim, ou não), e por amostragem e interpretação, nas que exigiam respostas pessoais.

Na culminância do citado projeto, foi observado a aptidão e desenvolvimento demonstrado pelos alunos, assim como o interesse demonstrado pelos mesmos, e ainda os resultados dos diversos métodos aplicados por cada professor em sua respectiva turma, e a aceitação pela comunidade como um todo.

Perguntando e olhando

A pesquisa se fez realizar através de pesquisa de campo, onde os discentes e docentes foram contatados no período de 05/10 a 05/11 do corrente ano. Foram ouvidos 200 alunos, com faixa etária de 05 a 14 anos; e 16 professores. Aos primeiros foram apresentadas cinco questões, sendo uma de múltipla escolha, e aos mestres 13 questões, todas relacionadas ao projeto

“palavra cantada”, cuja culminância se deu do dia 10 ao dia 20 de outubro do ano de 2012.

As questões abordavam o grau de conhecimento acerca de música que os alunos possuíam, elaboradas segundo critérios que os separava por faixa etária, em folha de ofício em que cada um assinava seu nome, e respectiva série. Dos professores, questionamos o nível de conhecimento técnico e pedagógico que possuíam em música e qual a visão pessoal da questão, ou como eles viam a música na educação fundamental.

Coletados os dados, procedeu-se uma análise por percentual, nas que caberiam apenas duas respostas (sim, ou não), e por amostragem e interpretação, nas que exigiam respostas pessoais.

Na culminância do citado projeto, foi observado a aptidão e desenvolvimento demonstrado pelos alunos, assim como o interesse demonstrado pelos mesmos, e ainda os resultados dos diversos métodos aplicados por cada professor em sua respectiva turma, e a aceitação pela comunidade como um todo.

Referências bibliográficas

Lei 11.769 de 18/08/2008;

PCN de artes, volume 06, MEC, 1997;

Entendendo a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/1996 - 3ª Ed. 2012;

Pedagogia da música (experiências de apreciação musical) Boyer, Esther e Kebach, Patrícia. Editora Mediação.